ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMDM.

Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove, às 10 horas em primeira convocação, reuniram-se na Casa da Gestante Bebê e Puérpera Drª Eimar, situada a Rua Simplício Moreira 1292, Centro, na cidade de Imperatriz as representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Presentes na reunião as conselheiras titulares: **Conceição Amorim (CDDHPJ), Francisca Leal (Pastoral da Criança) Eurami Reis e Ercy Chaves (FETESPUSULMA), Aline Marques (Sind. dos Urbanitários) e Thamisa Fialho (SEMUS - Saúde da Mulher).** A reunião teve o momento de leitura das atas de setembro e outubro para ratificação final, as mesmas foram lidas pela Conselheira Aline Marques, aprovadas e posteriormente assinadas pelas conselheiras que se fizeram presente nas referidas datas. Em seguida a presidente do Conselho Conceição Amorim, iniciou a reunião apresentando uma lista de ofícios emitidos pelo CMDM com os encaminhamentos e retornos até a presente data dos referidos documentos, um resumo da presença das conselheiras nas reuniões ordinárias e um relatório das ações de 2019. Foi feita uma breve reflexão sobre o descaso de algumas representações do governo, a maioria apresenta baixa participação nas reuniões e duas secretarias perderam o acento no CMDM de acordo com o artigo 19 do Regimento Interno do CMDM, as duas representantes da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, enquanto representantes do governo. Quanto à representatividade e participação da Sociedade Civil, constata-se que as representantes do CCN Negro Cosme também se encontram com 03 ausências consecutivas, da titular e suplente. Euramir Reis propôs que se cumprisse o Regimento Interno, que os órgãos do governo e as entidades da sociedade civil sejam notificados o mais breve possível para providenciar as substituições necessárias. As conselheiras presentes na reunião aprovaram por unanimidade o encaminhamento proposto. A Secretaria Municipal de Políticas para a Mulher e Fórum de Mulheres de Imperatriz, serão notificadas para que as medidas cabeis sejam tomadas, através de comunicado oficial ao CMDM. Em seguida foram resgatados os eventos promovidos pelo CMDM e por outras instituições sobre temáticas relevantes e de interesse do CMDM, mais uma vez se constata que a participação das conselheiras é baixa, foi assim na Tribuna Livre da Câmara, na audiência do dia 25 de novembro e nos respectivos seminários ocorridos nesse período de novembro. Também foi proposto que fosse feito o relato da audiência pública de 25 de novembro, para conhecimento geral e publicação das ações da rede de enfrentamento a violência do município e do CMDM. Os relatórios acima citados, entregues as conselheiras farão partes dessa ata como anexo. Em seguida foi informado que na reunião anterior tinha se deliberado por convidar, Barbara Novais coordenadora da DANT’s - Doenças e Agravos Não Transmissíveis do município para participar da reunião do CMDM e falar sobre a Notificação compulsória de VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SEXUAL E/OU OUTRAS VIOLÊNCIAS INTERPESSOAIS em hospitais e demais serviços de saúde, no entanto a mesma está de férias, ficando o convite para ela participar da próxima reunião. A Conselheira Thamisa Fialho informou que existe mais de 600 mulheres grávidas inscrita no Programa Cheque Gestante do governo do estado, o referido programa é para mulheres com até três meses de gravidez. Esse prazo foi estabelecido para incentivar as mães a fazer consultas e exames do pré-natal. São nove parcelas de R$ 100. Seis delas antes do parto; e três após o nascimento da criança. A cada consulta, é liberada uma parcela pelo programa que tem como objetivo diminuir a mortalidade infantil. A Conselheira explicou que já fez todos os contatos com São Luís mais ninguém sabe explicar porque o município não está sendo contemplado pelo Programa já que 600 grávidas estavam dentro dos critérios estabelecidos e tiveram seus cadastros registrados e aceito pelo sistema de cadastramento do governo do estado, no entanto até o momento apenas 13 grávidas do município de Imperatriz foram contempladas. As conselheiras que se manifestaram propuseram que o CMDM solicite informações aos órgãos competentes, Regional de Saúde, Secretaria Estadual de Saúde, sobre o motivo desse número ínfimo de mulheres contempladas com o programa e notifique o Conselho Estadual da Mulher sobre essa situação. Dando continuidade à pauta da reunião, Thamisa, informou que o PAISM realizou treinamento com as equipe dos Postos de Saúde sobre Notificação Compulsória de Violência Doméstica e Familiar e que ficou muito preocupada com a desinformação dos membros das equipes, a maioria disseram não conhecer os serviços da Rede de Atendimento à Mulher vivendo em Situação de Violência, inclusive a existência da Delegacia da Mulher no município ou do Centro de Referência de Atendimento à Mulher e alertou ser fundamental que a Secretaria Municipal de Política para a Mulher desencadeie uma campanha ampla de divulgação dos serviços da Rede, principalmente sobre o CRAM e a DEM nas próprias secretarias, programas e projetos do município. Proposta que será encaminhada via oficio para a mesma pelo CMDM, para reforçar a posição da Coordenadora do PAISM. Em seguida foi deliberado pelas conselheiras que a primeira reunião do início da próxima década, acontecerá no dia 24 de janeiro de 2020, às 9hs na sala de reuniões da Casa dos Conselhos. A conselheira Conceição Amorim apresentou a Casa da Gestante Bebê e Puérpera Drª Eimar, explicou que mesma é um programa que compõe a REDE CEGONHA. A CGBP – Drª Eimar funciona como um anexo do Hospital Regional Materno Infantil que atende gestantes que precisam de assistência e cuidados da equipe de saúde e que necessitam está o mais próximo possível da unidade hospitalar, mais não exige vigilância constante no ambiente hospitalar. Atende também puérperas e bebês em tratamentos que também não exige vigilância constante na unidade hospitalar, como por exemplo, tratamento de VDRL+ (sífilis congênita) e puérperas com bebês internados nas unidades neonatais (UTI, UCINCA) do HRMI. Em função da reforma do HRMI, desde março de 2018 a CGBP Drª Eimar acolhe puérperas de parto normal, visando a ampliação das vagas de internação do HRMI. Segundo a mesma o Programa foi instalado em 16 de julho de 2016, e funciona desde então naquele espaço físico, amplo, organizado e acolhedor. As conselheiras conheceram a estrutura física e algumas das trabalhadoras da equipe da CGBP Drª Eimar. Ao final da reunião, por volta das 12h30m, aconteceu a troca de lembranças entre as conselheiras e as mesmas almoçaram juntas como combinado na reunião anterior, para confraternizarem, nesse período natalino e de final de ano. Eu Francisca Leal, redigi esta ata que após será lida e aprovada será pelas conselheiras presente na 6ª Reunião Ordinária do CMDM. Imperatriz, 20 de dezembro de 2019.